

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO, SCRL

Relatório de Gestão

2006

Maputo, Fevereiro de 2007

ÍNDICE GERAL

1. Introdução	1
2. Conjuntura económica internacional	1
3. Conjuntura Interna	3
3.1. Desempenho macroeconómico	3
3.2. Mercado Financeiro	5
3.2.1. Mercado de capitais	5
3.2.2. Mercado Monetário.....	5
4. Desempenho da Cooperativa de Poupança e Crédito	6
4.1. Enquadramento no mercado.....	6
4.1.1. Acções destacáveis.....	6
4.2. Recursos humanos.....	6
4.3. Desempenho Financeiro.....	7
4.3.1. Activo Total	7
4.1.2. Passivos Totais.....	8
4.2. Actividade Creditícia	9
4.2.1. Crédito aos sócios	9
4.2.2. Facilidade Mensal de Liquidez	9
4.3. Contas de Exploração	9
4.3.1. Proveitos	9
4.3.2. Custos Totais.....	10
4.3.2. Resultados de Exploração	11
4.4. Indicadores de gestão	11
4.4.1. Política de dividendos	11
4.4.2. Rendibilidade do Activo Total.....	12
4.4.3. Rendibilidade dos capitais próprios	12
4.4.4. Retorno do investimento	12
4.4.5. Rácio de Solvabilidade.....	12
4.4.6. Qualidade da carteira	12
4.4.7. Eficiência	12
5. Aplicação de resultados	13
6. Perspectivas para 2006.....	13
7. Políticas contabilísticas	13
7.1. Base de preparação.....	13
7.2. Critérios contabilísticos	13
7.3. Reconhecimento dos proveitos e custos.....	13
7.4. Operações em moeda estrangeira.....	13
7.5. Provisões para riscos gerais de crédito	14
7.6. Provisão para contribuição industrial.....	14
7.7. Amortizações	14
7.8. Pensão de reforma.....	14
8. Órgãos sociais	14
O Conselho de Administração	14
Conselho Fiscal.....	14
Direcção Executiva	14

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 2	EVOLUÇÃO DE TAXA DE CÂMBIO MZM/USD (VARIAÇÃO ACUMULADA).....	5
GRÁFICO 3	TAXAS DE JURO MÉDIAS MENSAIS DO MMI.....	5
GRÁFICO 4	CONTINGENTE PESSOAL POR FORMAÇÃO.....	7
GRÁFICO 5	COMPOSIÇÃO DO ACTIVO EM 31.12.2006.....	8
GRÁFICO 6	COMPOSIÇÃO DO PASSIVO DA CPC EM 31.12.2006.....	8
GRÁFICO 7	ESTRUTURA DAS RECEITAS TOTAIS EM 31.12.2006.....	10
GRÁFICO 8	ESTRUTURA DOS CUSTOS TOTAIS EM 31.12.2006.....	10
GRÁFICO 9	EVOLUÇÃO COMPARADA (DIVIDENDOS VS TAXAS DE JURO).....	11

ÍNDICE DE TABELAS

QUADRO 1: EVOLUÇÃO DA MASSA MONETÁRIA	4
QUADRO 2: OPERAÇÕES DO MMI	5
QUADRO 3: INDICADORES FINANCEIRAS	12
QUADRO 4: APLICAÇÃO DE RESULTADOS	13

1. Introdução

Durante o exercício económico-financeiro de 2006, a Cooperativa de Poupança e Crédito, SCRL, operou numa conjuntura que, contrariamente ao ano anterior, foi caracterizada por uma maior estabilidade interna, traduzida por uma inflação e depreciação nominal baixas, bem como um aumento da produção interja, comparativamente ao ano anterior.

Aliás, o desempenho da actividade económica acima do esperado, terá sido influenciado pela actividade dos sectores de construção, mineração transportes e comunicações e agro-pecuário que se mostram mais dinâmicos e com maior contribuição relativa, comparativamente aos grandes projectos.

Com efeito, em 2006, a inflação anual situou-se em 9.4% num quadro de maior estabilidade cambial, após um ano de forte perturbação.

A nível internacional, o ano foi igualmente marcado pela manutenção da robustez das principais economias mundiais, apesar do contínuo agravamento do preço do petróleo que estabeleceu, em Julho de 2006, um novo recorde máximo histórico de USD 78 (setenta e oito dólares americanos) por Baril.

O ambiente macro acima descrito, reflectiu-se positivamente no desempenho da CPC, SCRL cujos marcos principais foram:

- Aumento dos resultados líquidos em cerca de 10%, comparativamente ao ano anterior, para um valor total de 46.7 milhões de Meticais;
- Aumento da robustez financeira, através do aumento do capital social em 10.8%, por incorporação de parte de resultados de 2005, para cerca de 67 milhões de Meticais
- Mudança de instalações da sede da CPC, SCRL para o edifício sito na Rua consiglieri Pedroso, em Junho de 2006 que implicou

vantagens quer para a instituição, que passou a usufruir de área mais espaçosa e de fácil acesso, quer para os sócios conferindo uma imagem pública e de marketing consistentes com a dimensão empresarial da instituição.

Importa referir a alteração da composição do Conselho de Administração da CPC, SCRL, que consistiu na substituição de dois membros, por motivos que se prendem com incompatibilidades profissionais entretanto ocorridas.

Pelo contributo dado por eles, desde a entrada em funcionamento desta instituição, o Conselho de Administração, a Direcção Executiva e todos os colaboradores endereçam uma palavra de apreço e que continuem a dar o seu contributo valioso nas suas novas funções, e que a sua colaboração é sempre vinda a bem do melhoramento dos critérios de gestão e do negócio da CPC, SCRL.

O presente documento apresenta na primeira parte um breve resumo da evolução das principais economias internacionais, assim como, os desenvolvimentos financeiros e económicos domésticos, com destaque para os agregados monetários e mercados financeiros.

A segunda parte do mesmo, foi reservada a análise da conjuntura interna da CPC, SCRL, e sobretudo, do desempenho financeiro desta instituição durante o exercício de 2006, indicando no final as perspectivas para 2007.

2. Conjuntura económica internacional

No ano em consideração, a economia mundial manteve o dinamismo que vem sendo capitalizado nos últimos anos, tendo crescido em linha com as projecções oficiais iniciais avançadas.

Estimativas preliminares referem que o crescimento económico global terá sido de

5.1% em 2006, enquanto que, no mesmo período, a inflação global desacelerou, com ênfase para o segundo semestre em quase todas as economias, reflectindo a redução do preço internacional do petróleo. Contudo, tal desaceleração teria sido mais expressiva se em Dezembro não ocorresse o agravamento dos preços, devido, em parte, ao efeito da sazonalidade característica do período.

Nos Estados Unidos da América, o Produto Interno Bruto cresceu acima do esperado (3.3%), após 3.2% e 3.9% em 2005 e 2004 respectivamente. O bom desempenho da maior economia mundial foi determinado, basicamente, pelo aumento das exportações (8.9%), do investimento privado (4.2%) e do consumo privado (3.2%).

Adicionalmente ao bom desempenho produtivo, destaca-se também a evolução favorável da inflação, que em Dezembro de 2006 fixou-se em 2.5%, contra 3.4% registado em igual período de 2005.

No Japão, dados preliminares indicam que o crescimento do PIB terá se situado em 4.7%, após 2.3% em 2005. Este crescimento foi sustentado pelo bom desempenho do sector mineiro (8.6%), saúde e serviços sociais (7.9%), serviços de intermediação financeira (7.4%), transportes e comunicações (7.1%).

Após sucessivos anos de deflação, o índice de preços ao consumidor da economia japonesa, registou uma variação anual de 0.3%. Excluindo os preços dos produtos frescos, cuja variação foi negativa em 0.1% a inflação anual situa-se em 0.2%.

Na Zona do Euro, estimativas da *Eurostat* – organismo oficial das estatísticas da Zona do Euro - apontam para uma desaceleração da inflação anual de 2.2% em Dezembro de 2005 para 1.9% em Dezembro de 2006.

Naque bloco económico, a actividade económica expandiu em 2.7%, após um incremento de 1.5% registado em 2005, uma

aceleração que permitiu uma redução da taxa de desemprego da região para 7.5% no final do ano.

A China continuou a registar taxas de crescimento económico elevadas, reflectindo o crescimento acentuado da procura doméstica que amorteceu completamente a contracção verificada na procura externa.

Efectivamente, segundo estimativas publicadas pelo *Bureau* Nacional de Estatísticas da China, em 2006 o crescimento do PIB acelerou em 0.3pp, passando para 10.7%, a maior taxa de crescimento dos países em vias desenvolvimento.

Esta evolução foi influenciada pelo desempenho positivo do sector industrial, cuja produção aumentou em 12.5%, do Investimento em Activos Fixos (crescimento de 24%) e do bom desempenho do saldo das transacções correntes, tendo em conta que as exportações em 27.2% contra um aumento de exportações de 20%.

Na região da África Subsaariana, dados preliminares são mais pessimistas comparativamente a 2005, pois espera-se uma desaceleração da actividade económica em 0.6pp, para um nível de 5.2%.

Na África do Sul, principal economia da região, apesar de alguma desaceleração face a 2005, o PIB em 2006 cresceu a uma taxa robusta anual de 5% e, apesar de ter completado, em Dezembro de 2006, um ciclo de 40 meses consecutivos de evolução deste indicador dentro das bandas estabelecidas (3 a 6%), a inflação agravou-se em relação a 2005, tendo-se fixado em 5.0%.

Entretanto, a aceleração da inflação teria sido mais expressiva se não fossem as sucessivas intervenções do South Africa Reserve Bank (SARB), ao longo de 2006, particularmente de Junho a Dezembro, período em que a taxa de juro de política foi agravada sucessivamente, resultando em movimentos de 7.0% para 9.0%.

Gráfico 1

Nos outros países da região e parceiros económicos e comerciais de Moçambique, apesar da tendência de desaceleração, a inflação mantém-se próxima de dois dígitos, sendo o indicador sido influenciado basicamente pelo comportamento dos preços dos bens alimentares.

Ainda a nível internacional, há a destacar, em 2006, o comportamento misto dos preços das principais mercadorias com impactos na economia moçambicana, embora em termos gerais, tenham registado uma tendência de redução.

Com efeito, o preço do alumínio e do gás natural registaram aumentos de 25.5% e 24.3%, respectivamente, enquanto que os do ouro, do açúcar e do petróleo reduziram, em termos médios, em 23.3%, 16% e 10.1%, respectivamente.

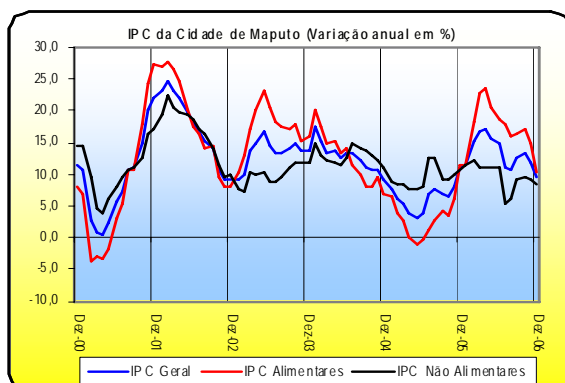
No que tange ao preço do petróleo, após o máximo de cerca de USD 78 (setenta e oito dólares americanos) por barril registado em Julho, a cotação de fecho do ano foi de cerca de USD 59 (Cinquenta e nove do barril).

3. Conjuntura Interna

3.1. Desempenho macroeconómico

3.1.1. Sector real

A inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor da Cidade de Maputo, registou uma variação anual de 9.4% em Dezembro de 2006, o que



corresponde a uma desaceleração de cerca de 1.8pp relativamente à registada em igual período de 2005.

No entanto, a média móvel de 12 (doze) meses registou uma aceleração no ano, em 6.8 pontos percentuais, para 13.2% em Dezembro de 2006, em razão dos incrementos dos preços relativamente mais pronunciados verificada em alguns meses do ano.

Desagregando o índice geral de preços entre bens alimentares e não alimentares, constata-se que durante o período em consideração, a contribuição dos preços dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas foi de cerca de 57% no comportamento da inflação anual, ou seja, uma contribuição de 5.4 pontos percentuais para a inflação anual.

No mesmo exercício económico, produção global da economia moçambicana registou um crescimento de 9.2%, o que representa uma aceleração de 0.8pp e 1pp em relação ao ano de 2005 e programa para 2006, respectivamente.

Com a excepção do sector das pescas, todos os outros concorreram para o crescimento global da produção, e os sectores que mais se destacaram foram os seguintes:

- (i) Construção, com 23.6%, apesar de ter desacelerado em 2.2pp e 3.7pp relativamente ao exercício anterior e ao plano para o período em consideração, respectivamente;
- (ii) Transportes e Comunicações, com 21.2%, o que representa uma aceleração de 1.7pp em relação ao exercício económico de 2005. De salientar que o desempenho deste sector superou a meta programada para 2006 em 11.5pp;
- (iii) Restaurantes e Hotéis, com uma taxa de crescimento de 15.2%, representando uma aceleração de 9.1pp em relação ao ano de 2005 e a meta programada para 2006, respectivamente;

			Variação Anual		
			Nominal	%	
		Dez-05	Dez-06		
NMC	cifra alcançada em período de 12 meses	6,11	7,152	1,042	17.1
Depósitos MN		21,538	27,622	6,084	28.3
M2		27,648	34,777	7,129	25.8
Depósitos ME	Agricultura	15,793	18,809	3,016	19.1
ME – USD	com uma moeda estrangeira	653	724	71	
M3	contra 1 de 2005	43,441	53,586	10,145	23.4
Impacto Cambial	respectivamente			1,167	
M3 Sem Impacto			52,586	8,978	20.7
Depósitos ME % M3		31%			

O Quadro 1 apresenta o comportamento dos agregados monetários e creditícios no ano de 2006.

O saldo da Massa Monetária (M3) – composto pelas notas e moedas do Metical fora do sistema bancário acrescido dos depósitos de residentes em Meticais e moeda estrangeira no sistema bancário nacional, excluindo os do Estado e das instituições monetárias – situou-se em 53,583 milhões de Mt em final de Dezembro de 2006, o que equivale a um incremento de 10,142 milhões (23.4%).

QUADRO 1: EVOLUÇÃO DA MASSA MONETÁRIA

Sob o ponto de vista das componentes deste agregado, constata-se que durante o ano o seu crescimento foi determinado pelos depósitos totais, que aumentaram no ano em 9,106 milhões de Meticais, sendo que cerca de 6,087 milhões de Mt foi em Moeda Nacional e 3,016 milhões de Mt nos depósitos denominados em Moeda Estrangeira.

Relativamente aos depósitos a prazo, ocorreu no ano em alusão, um aumento significativo dos depósitos a prazo, facto que permitiu que o seu peso no total, aumentasse em 3 pontos percentuais para cerca de 33% em Dezembro de 2006.

O crédito à economia expandiu em 6,198 milhões de MT (29.2%), para um saldo total de 27 414 milhões de Meticais.

Tal expansão foi determinada pelo aumento do crédito denominado em Moeda Nacional que no ano cresceu 8,097 milhões de MT (77%), contra uma redução do denominado em Moeda Estrangeira em 18%, ou seja 1,898 milhões de Mt, resultante da aplicação dos normativos aprovados pela autoridade monetária tendentes a minimização do risco cambial decorrente da concessão de crédito em Moeda Externa.

3.1.3. Sector externo

O desempenho do sector externo foi caracterizado pela constituição líquida de Reservas Internacionais Líquidas no valor de USD 286 milhões, aumentando o saldo das mesmas para USD 1,229 milhões.

Mesmo com esta melhoria, e dada a evolução do volume das importações de bens e serviços, a cobertura das importações pelas reservas reduziu de 4.6 meses para 4.4 meses.

No mercado cambial, após claras perturbações ocorridas em 2005, em 2006, o Metical revelou-se mais estável face às principais moedas transaccionadas nos vários segmentos deste mercado. Para o efeito, concorreu o efeito das medidas excepcionais tomadas pela autoridade cambial em finais de 2005 com vista a acalmar o mercado, o que permitiu a criação de expectativas optimistas pelos agentes económicos.

Com efeito, a depreciação do Metical contra o Dólar americano em 2006 fixou-se em 8.7% contra 27% registados em 2005; relativamente ao Rand, a moeda nacional inverteu a perda de

11% registado o ano passado, tendo havido uma apreciação em torno de 3.3%.

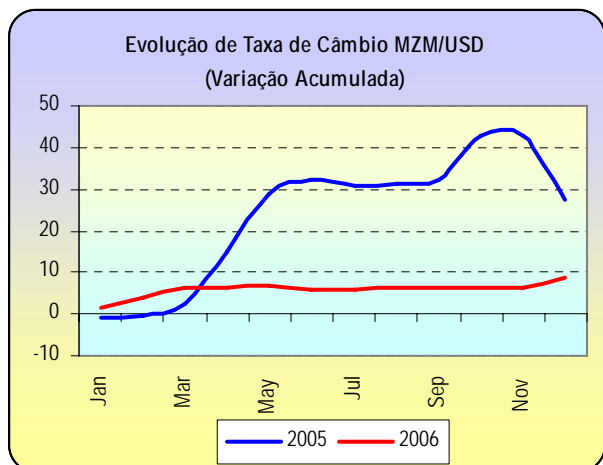


Gráfico 2

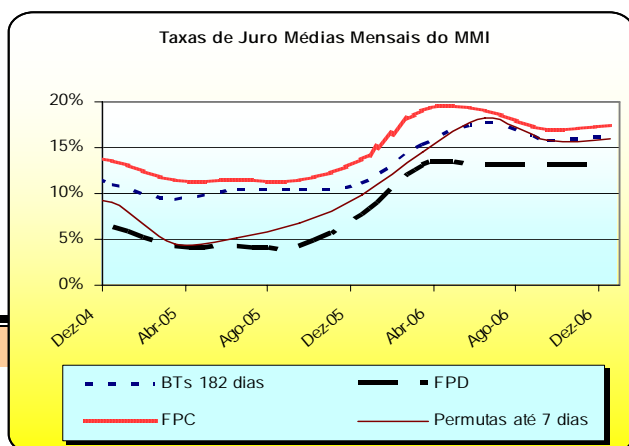
3.2. Mercado Financeiro

Em 2006, o mercado financeiro moçambicano foi caracterizado por um relaxamento quer do número de colocações quer de valores, comparativamente ao ano anterior.

3.2.1. Mercado de capitais

	Dez-05	Set-06	Out-06	Nov-06	Dez-06
Saldos no último dia do mês (mio MTn)					
BTs	10,576	10,242	10,261	10,021	10,094
91 dias	950	2,548	2,592	2,346	2,065
182 dias	3,450	3,191	2,871	2,676	2,565
364 dias	6,173	4,504	4,799	4,999	5,464
Média por operação (mio MTn)					
FPC	103	118	74.2	76	88.0
FPA/FPD	66	489	430	430.2	362.0
Permutas	22	35	29.4	30.0	22.1
Taxas de Juro (%)					
FPC	13.8	17.0	17.0	17.5	17.5
BTs					
91 dias	10.2	15.5	15.5	15.76	16.00
182 dias	11.11	15.75	15.75	16.06	16.25
364 dias	11.42	15.99	15.99	16.45	16.50
Permutas	9.8	15.83	15.88	16.09	15.98
FPA/FPD	7.75	13.0	13.0	13.0	13.0

Durante o ano de 2006, o mercado de capitais registou apenas duas colocações na forma de obrigações para o financiamento empresarial,



que totalizou 310 milhões de Meticais, o que representa uma redução de 7.7% em relação ao montante de obrigações empresariais emitidas em 2005.

O Estado não efectuou qualquer emissão e colocação de novas obrigações por intermédio da Bolsa de Valores de Moçambique. Assim, o montante de títulos detidos pelo estado no final de 2006 era de 27.771.180, correspondentes a um valor total de 4 247 milhões de Meticais.

Todavia, o mercado de acções não efectuou qualquer operação de emissão e colocação de títulos.

3.2.2. Mercado Monetário

Até ao final de 2006 o *stock* de Bilhetes do Tesouro reduziu em 482 milhões MT comparativamente a Dezembro de 2005, para um valor total de 10 094 milhões distribuídos em 5,464 milhões (54.1%) para a maturidade de 364 dias, 2,565 milhões para 182 dias e 2,065 milhões para 91 dias.

Gráfico 3

Em termos operacionais são os seguintes os destaques do MMI durante o ano:

- A redução do valor de BT's em Carteira, foi acompanhada pela redução da preferência pelos BTs de maturidade mais longa, isto é de 364 dias, a favor das outras maturidades, isto em termos relativos;

QUADRO 2: OPERAÇÕES DO MMI

- Adicionalmente, verificou-se, um menor dinamismo das operações de permuta de liquidez entre as instituições, apesar do sistema continuar a apresentar uma distribuição heterogénea da liquidez, manifestada igualmente pelo recursos do sistema, em simultâneo às operações de FPC e FPD, cujos montantes accionados aumentaram em termos médios

- Ainda neste segmento de mercado, as taxas de juro dos principais produtos, registaram, no período em análise, um comportamento misto, reflectindo, basicamente, o efeito das
 - ↳ um novo mecanismo de fixação das taxas de juro da FPC e FPD, que resultou em sucessivos ajustamentos em alta das taxas de juro médias de BTs e, por conseguinte, das demais taxas do mercado.
 - ↳ A redução da taxa da FPC em dois pontos percentuais em Agosto, para 17% perante uma manutenção da FPD em 13%.
 - ↳ Aumento da taxa da FPC em 50 pontos base, em Novembro, para 17.5%, mantendo de novo a FPC em 13.0%.

Em face do comportamento das taxas de juro do MMI referido acima, as taxas de juro médias nominais praticadas pelas instituições de crédito nas transacções em moeda nacional realizadas com a sua clientela apresentaram, ao longo de 2006, uma tendência de acréscimo, tendo a taxa de juro média de operações passivas registado o maior acréscimo, fixando-se em 12.28% em Dezembro de 2006.

Contudo, a maior aceleração da inflação média anual entre Dezembro de 2005 e Dezembro de 2006, resultou numa queda das taxas de juro reais das operações passivas de 1.75% para 0.85%, enquanto que a das operações activas aumentou de 8.53% para 11.9%.

4. Desempenho da Cooperativa de Poupança e Crédito

4.1. Enquadramento no mercado

4.1.1. Acções destacáveis

Durante o exercício económico de 2006, destacaram-se as seguintes acções:

medidas tomadas pelo Banco Central, nomeadamente:

- A introdução, em finais de Março,
- Aumento do capital social em 6.5 milhões de Meticais, resultantes da incorporação de parte de resultados do exercício de 2005, aumentando o saldo para cerca de 67 milhões de Meticais, por deliberação da Assembleia-geral;
- Mudança de instalações para o edifício sito na rua Consiglieri Pedroso, nº 99;
- Renovação do Conselho de Administração da Cooperativa de Poupança e Crédito, SCRL, pela entrada de dois novos membros, em substituição de outros dois que, por imperativos profissionais, não mais poderiam dar o seu contributo directo à CPC, SCRL,
- Manutenção das taxas de juro activas e revisão em alta das taxas de juro passivas com vista a acompanhar o comportamento do mercado e atrair mais recursos e poupanças.
- Facilidades de realização de operações SMS por celular na rede Ponto 24.

4.2. Recursos humanos

Desde a sua criação, a Cooperativa de Poupança e Crédito, SCRL, manteve sempre a política de valorização dos seus recursos humanos, de modo que os serviços prestados correspondam as expectativas dos seus sócios/clientes.

Com o objectivo de acompanhar a evolução do volume de negócios, bem como o novo *lay-out* resultante das novas instalações, mais dois funcionários foram contratados em 2006, elevando para 17 (dezassete) o número de contingente pessoal da CPC. A este número acresce-se os 3 (três) colaboradores que prestam serviços nos três maiores centros de

concentração de sócios, à excepção de Maputo, nomeadamente Beira, Quelimane e Nampula.

Em virtude de a dinâmica imprimida, foram criadas em 2006, 02 (duas) Ares Funcionais, que servem de suporte à Direcção Executiva, responsável pela gestão diária das operações tendo sido, para o efeito, indicados os respectivos responsáveis, mormente:

- (i) *Área de Front-Office;* e
- (ii) *Área de Back-Office.*

Termos em que a estrutura e a composição do quadro pessoal da CPC, SCRL é constituída por:

- Seis funcionários de nível básico;
- Seis funcionários de nível médio geral;
- Quatro funcionários de nível técnico médio; e
- Um funcionário de nível superior.

Por outro lado, a composição dos funcionários por género durante o exercício em consideração passou de 36% para 41% mulheres e de 64% para 59% homens.

No âmbito do fortalecimento da capacidade técnica e profissional dos técnicos,

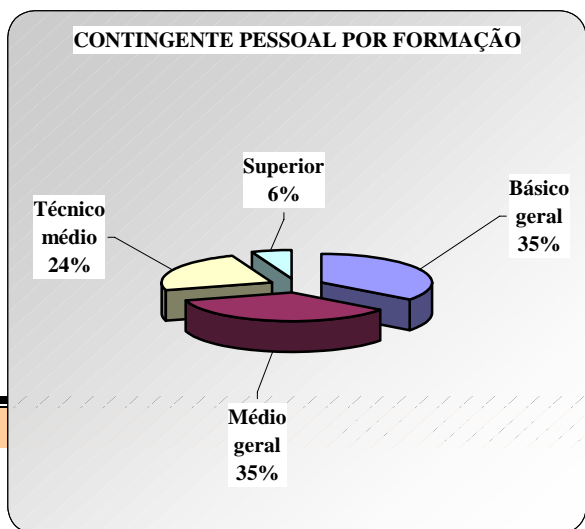


Gráfico 4

particularmente na área de informática, uma técnica beneficiou-se de uma formação especializada na Africa do Sul, com o intuito de melhorar a prestação de serviços e adquirir as ferramentas necessárias para dar cobro a algumas situações pontuais.

4.3. Desempenho Financeiro

4.3.1. Activo Total

Após um crescimento de 4.2% registado em 2005, em 31 de Dezembro de 2006 o activo total da Cooperativa situou-se em 1.239,9 mil MT o que, comparado com o ano anterior, representa um crescimento de 11.8%.

O comportamento da rubrica decorreu da evolução das seguintes rubricas:

- i. *Títulos* – 873.7 milhões de Meticais em Dezembro de 2006, contra 721 milhões de Meticais do ano anterior. As aplicações em títulos aumentaram em 12.6% em relação ao período anterior. Apesar deste crescimento, o peso desta rubrica no total de activos reduziu de 70.3% para 69.8% de 2005 em 2006.
- ii. *Créditos a clientes/sócios* – O saldo da carteira de crédito passou de 141.15 milhões de Meticais para 202.72 milhões de

Meticais o que corresponde a um crescimento de 43.6%. Em relação ao total dos activos esta rubrica detêm o peso de 17% contra 12.8% do ano anterior.

Gráfico 5

- iii. *Imobilizado* – Esta rubrica registou um crescimento agregado de 115% face o ano anterior. Em termos parciais nota-se que as imobilizações corpóreas, com mais peso na rubrica, cresceram em 36%, enquanto que as incorpóreas que vinham, ao longo dos anos anteriores, registando valores marginais aumentaram em cerca de 11500% para um valor total de 5 664 milhões de Meticais.

De referir que esta evolução é justificada pela aquisição de imobiliário e equipamento informático no âmbito da mudança para as nova instalações.

- (iv) *Disponibilidades* – o saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2006 foi de 124.3 milhões de Meticais, o que representa uma redução de 24% face ao homólogo período do ano anterior. Esta rubrica detém um peso de 10% contra 14.79% do ano anterior e é sustentada, maioritariamente, pelas reservas obrigatórias impostas pelo Banco Central, no âmbito da gestão da política montária.

4.1.2. Passivos Totais

Os activos da CPC, SCRL foram financiados com recurso às seguintes fontes:

- i. *Depósito de residentes* – Saldou-se em 197 milhões de Meticais, contra 148.2 milhões de Meticais do ano anterior. O peso desta

rubrica em relação ao total do passivo é de 18.96%, tendo, no período em análise, registado um crescimento de 32.9%.

- ii. *Recursos consignados* – Aumentaram em 45 milhões de Meticais passando dos anteriores 758.9 milhões de Meticais para 804 milhões de Meticais (crescimento anual de 5.9%). Esta rubrica detém o peso de 77.4%

- iii. *Outros credores* – Em relação ao total do passivo, os outros credores detêm o peso de 4%. Esta rubrica saldou-se em 37.7 milhões de Meticais, o que, em relação ao período homólogo do ano anterior, significa uma redução na ordem dos 41.9%.

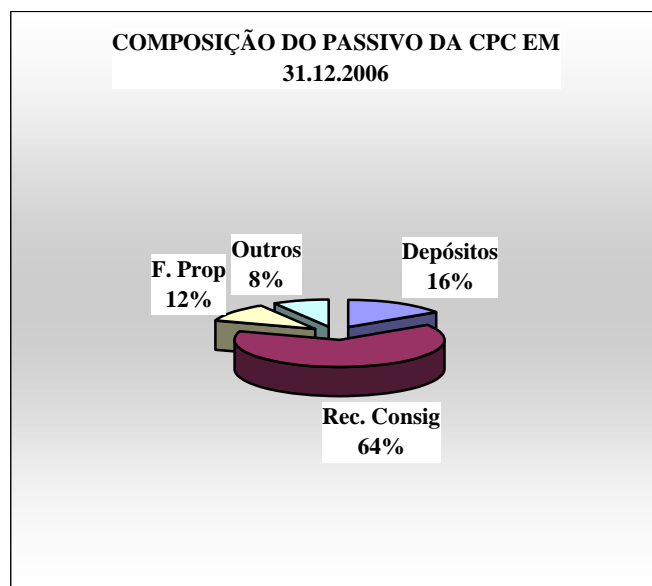


Gráfico 6

- (iv) *Fundos próprios* – Esta rubrica observou um crescimento anual de 16.5%, tendo se saldado em 144.4 milhões de Meticais. O peso desta rubrica é de 13.9% contra 12.75% do ano anterior. O comportamento desta fonte de recursos financeiros foi determinado pela capitalização resultante da deliberação da

Assembleia-geral, bem como pelos resultados positivos acumulados ao longo do exercício de 2006.

4.2. Actividade Creditícia

4.2.1. Crédito aos sócios

No quadro da missão da sua criação, que entre outros, visa abrir uma janela de financiamento aos sócios a Cooperativa de Poupança e Crédito, SCRL continuou a privilegiar, a concessão de empréstimos aos seus accionistas, para o suprimento de diversas necessidades de consumo.

Com efeito, em 2006, deram entrada na CPC, SCRL 540 pedidos de financiamento no valor total de 136 946,83 milhões de Meticais. Destes, ao abrigo dos dispositivos regulamentares em vigor na CPC, SCRL foram desembolsados cerca de 112 147.22 milhões de Meticais.

Assim a carteira de crédito passou de 141.2 milhões de Meticais no ano anterior para 202.7 milhões de Meticais no período em análise, o que corresponde a um crescimento da mesma em 43.62%

Ainda no exercício económico em consideração, as principais taxas de juro das operações foram revistas. Efectivamente, enquanto as taxas de juro das operações activas mantiveram-se inalteradas, as de operações passivas foram revistas em alta, através da Ordem de Serviço 06/CA/2005, com a taxa máxima a passar para 14,75% contra uma máxima activa de 21%.

Esta decisão teve em vista acompanhar a evolução das taxas de juro do mercado financeiro, bem como tornar apetecível a colocação dos recursos financeiros dos sócios

em forma de depósitos na CPC, SCRL, sem, no entanto, onerar as transacções activas.

Com efeito, e dado o bom nível da taxa de reembolso dos créditos, a taxa de juro efectiva fixou-se em 20.40%, no entanto, inferior em 0,50pp em relação a registada em 2005, enquanto que a taxa de juro efectiva para as operações passivas fixou-se em 8.8% contra os 5.87% em Dezembro de 2005.

4.2.2. Facilidade Mensal de Liquidez

Em 2006 a CPC, SCRL voltou a conceder aos sócios fundos com reembolsos mensais, com vista a suprir défices temporários de tesouraria, e a fazer face a uma série de necessidades urgentes, através da concessão da Facilidade Mensal de Liquidez.

Importa referir que este produto foi criado em 2001, e os beneficiários são sócios com os rendimentos primários domiciliados na CPC, SCRL

Com esta janela, foi possível arrecadar receitas sob forma de comissões no montante de 17.6 mil contos, correspondentes ao desembolso de 293.3 mil contos em 2006

À luz da experiência de sucesso dos últimos dois anos, no quadro do financiamento excepcional para a quadra festiva associado a uma comissão mais baixa e a um período de reembolso de quatro meses, em 2006, foi lançado mais um produto denominado *Festas Felizes*, cuja adesão resultou no desembolso de 3.7 milhões de Meticais, proporcionando uma receita líquida de 0.3 milhões de Meticais.

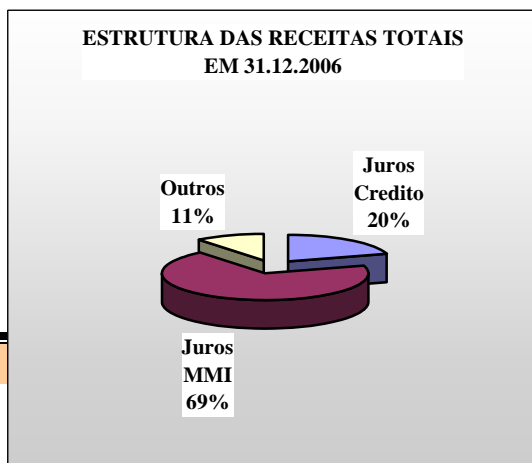
4.3. Contas de Exploração

4.3.1. Proveitos

Em 31 de Dezembro de 2006 as receitas da CPC, SCRL totalizavam 168.6 milhões de Meticais, o que comparado com o período homólogo do ano anterior, representam um crescimento de 33.58%.

A desagregação das receitas mostra o que a mesma resultou do seguinte:

- Juros de crédito concedido – 34.1 milhões de Meticais, ou seja aumento de 31.8% em relação ao ano anterior. Este crescimento foi determinado pelo aumento do volume de crédito, uma vez que as taxas de juro das operações activas não foram alteradas. O peso desta rubrica sobre o total dos proveitos é de 20.2%.
- Os Juros de aplicações no Mercado Monetário Interbancário - saldaram-se em 116.2 milhões de Meticais, o que corresponde a um aumento de 52.6% face a igual período do ano anterior.
- Proveitos diversos, que se saldaram em cerca de 5.3 milhões de Meticais.
- Os lucros em Operações financeiras, cujos ganhos saldaram-se em cerca de 118.7 mil de Meticais, contra 204.6 mil de Meticais do ano anterior passando a deter o peso de



0.07%

Gráfico 7

4.3.2. Custos Totais

Em Dezembro de 2006 os custos da CPC, SCRL totalizavam 123.6 milhões de Meticais o que representa uma variação anual de 17.17%. O comportamento das componentes dos custos totais no período em análise foi:

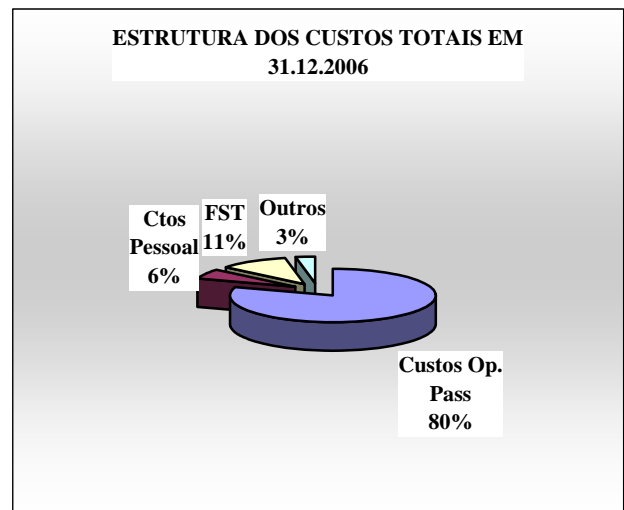


Gráfico 8

- *Custos com operações passivas* – Totalizaram 99.2 milhões de Meticais contra 38.8 milhões de Meticais do ano anterior o que representa um crescimento de 48.95% em relação ao ano anterior. Esta evolução está associada ao acréscimo da remuneração dos recursos dos sócios mantidos na CPC, SCRL na sequência do aumento das taxas de juro das operações passivas, bem como o aumento do volume de depósitos a prazo.
- *Custos com o pessoal* – Saldaram-se em 7.5 milhões de Meticais correspondentes a um acréscimo de anual de 23.6%. O crescimento desta rubrica se deveu ao

ajustamento salarial, entretanto aprovado pelo sistema bancário, bem como ao acréscimo do número de trabalhadores.

Na estrutura de custos esta rubrica detém um peso de 6.09% contra 7.25% do ano anterior .

- *Fornecimento e serviço de terceiros* – com um crescimento anual de 71.82%, tendo-se saldado em 13.4 milhões de Meticais, com um peso de 10.9% no total dos custos.
- *Amortizações e Provisões* – O valor total fixou-se em 3.3 milhões de Meticais equivalentes a um crescimento anual de 30%. Esta rubrica detém um peso de 2.49%. De salientar que esta rubrica decorre, em grande medida, dos dispositivos regulamentares impostos pela autoridade supervirora das instituições de crédito e sociedades financeiras.

4.3.2. Resultados de Exploração

Os resultados de exploração referentes ao exercício económico de 2006 reflectem uma maior eficiência na gestão financeira e administrativa o que resultou num crescimento das receitas em cerca de 34% - quase o dobro do crescimento dos custos totais, que aumentaram em 17.2%, favorecida pela conjuntura económica-financeira interna favorável verificada durante o ano de 2006

Assim, o quadro de exploração mostra que:

- Em 31 de Dezembro a margem financeira era de 51.1 milhões de Meticais representando um crescimento anual de 44.3% relativamente ao ano anterior;
- O produto líquido bancário situou-se em 69.3 milhões de Meticais, o que representa

um crescimento anual de 16.9% face ao período homólogo do ano anterior;

- O *cash flow* líquido saldou-se em mais de 46,7 milhões de Meticais, representando um crescimento anual de 10,2%.

4.4. Indicadores de gestão

4.4.1. Política de dividendos

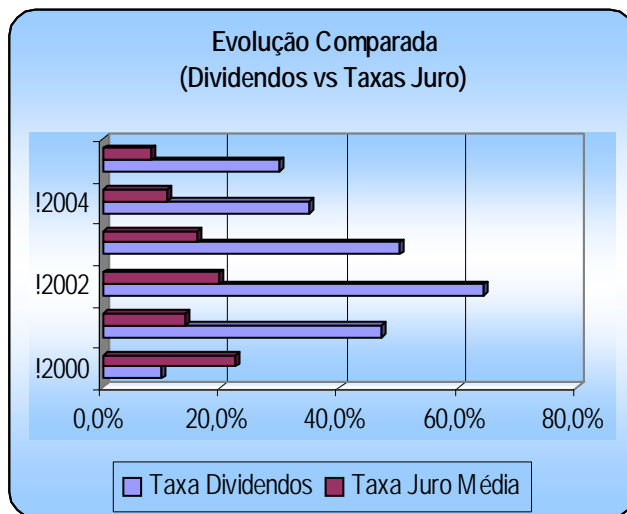


Gráfico 9

Um dos vectores de política que norteia o funcionamento da Cooperativa de Poupança e Crédito, SCRL, é a geração de excedentes financeiros que são aplicados no aumento da solidez financeira, através do aumento do capital social, ao mesmo tempo que se criam incentivos aos investidores, através da remuneração do capital sob forma de distribuição de dividendos.

Assim, os dividendos distribuídos ao longo dos últimos cinco anos sempre estiveram acima da inflação e da taxa de juros de depósitos de longo prazo, como forma de manter ganhos reais positivos, e tornar os investimentos na CPC mais apetecíveis que os produtos alternativos oferecidos no mercado.

Aliás, é este incentivo que faz com que os accionistas respondam positivamente às chamadas de capital, por entrada de dinheiro fresco, bem como as deliberações favoráveis a incorporação de parte dos resultados no capital social.

4.4.2. Rendibilidade do Activo Total

Depois de ter alcançado o pico mais alto de 9.7% em 2002, nos dois anos subsequentes a rendibilidade do activo total conheceu uma ténue desaceleração, ao se situar em 4.6% e 2.7%, respectivamente, devido aos investimentos efectuados em equipamento de comunicação, segurança informática e aquisição de mobiliário de escritório em resultado das novas instalações..

Entretanto, relativamente a 31 de Dezembro de 2005, este indicador desacelerou em 10 pontos bases e situou-se a 31 de Dezembro de 2006 ao nível de 3.7%.

4.4.3. Rendibilidade dos capitais próprios

Apesar de estar a conhecer desaceleração desde 2002, devido, basicamente, aos constantes aumentos do capital social, quer pela incorporação dos resultados, quer pela entrada de *dinheiro fresco*, a rendibilidade dos capitais próprios encontra-se muito acima das taxas de retorno dos produtos financeiros oferecidos no mercado nacional, tendo-se situado em 31.9% no exercício económico de 2006, após 53.7% no anterior exercício económico.

4.4.4. Retorno do investimento

Basicamente, o investimento feito na Cooperativa de Poupança e Crédito já foi recuperado, tendo em conta as altas taxas de

retorno que se vem observando desde a entrada em funcionamento.

Com efeito, e tomando o investimento como o total dos meios imobilizados, a taxa de retorno reduziu comparativamente ao ano anterior em 80 pontos percentuais, tendo a 31 de Dezembro de 2006 se situado em cerca de 519%, variação determinada pelo forte investimento realizado no ano em meios imobilizados, para se pôr cobro às necessidades resultantes da mudança para as novas instalações.

4.4.5. Rácio de Solvabilidade

O rácio de solvabilidade em 2006 foi de 48.2% contra 55.7% registado em 2005 e 8% impostos pelo Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central.

4.4.6. Qualidade da carteira

A qualidade da carteira de crédito fixou-se em 198.02%, evidenciando que o crédito com a cobrança duvidosa se situa abaixo dos 2%. A minimização do risco da carteira resulta dos normativos prudenciais internos, asentes na obrigatoriedade de constituição de aval para os requerentes sem rendimentos primários domiciliados na CPC, bem como o seguro vida até ao montante solicitado.

Quadro 3: Indicadores Financeiras

4.4.7. Eficiência

No ano em consideração, a eficiência da Cooperativa, medida como rácio dos custos

Rubricas	2004	2005	2006
Rendibilidade Activo	2.7%	3.8%	3.7%
Rend.Cap. próprios	55.8%	53.7%	31.9%
Retrn. Investimento	300.7%	599.6%	519.0%
Rácio Solvabilidade	56.4%	55.7%	48.2%

administrativos no produto líquido bancário, melhorou em 2.7pp face ao período anterior, ao traduzir, basicamente, o aumento do produto

líquido bancário e a redução dos custos administrativos ocorridos em 2006.

5. Aplicação de resultados

Os resultados líquidos no valor de 46.7 milhões de Meticais referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram aplicados da seguinte forma:

QUADRO 4: APLICAÇÃO DE RESULTADOS

6. Perspectivas para 2006

Para 2007, a Cooperativa de Poupança e Crédito, SCRL continuará a pautar pela exploração das oportunidades que o ainda dinâmico mercado financeiro moçambicano oferece, capitalizando a sua posição de líder no mercado das Cooperativas de Crédito e ainda procurando um lugar de destaque no mercado financeiro, em geral.

Para tal, várias acções serão levadas a cabo, quer para responder as exigências do mercado, quer para se cumprir com os requisitos legais, destacando-se:

- Actualização da aplicação informática para melhorar a prestação de serviços;
- Adesão ao Visa Electrom pela Rede Ponto 24;
- Substituição e expansão da rede de ATM's para os novos círculos onde a densidade de sócios assim o justificar;

7. Políticas contabilísticas

7.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da cooperativa foram preparadas de acordo com as políticas

contabilísticas em vigor. A informação das demonstrações financeiras foi extraída dos registos contabilísticos da Cooperativa, as quais são elaboradas de acordo com as disposições do plano de contas do sistema bancário e de toda a legislação do sector financeiro, sob supervisão do Banco de Moçambique.

7.2. Critérios contabilísticos

As demonstrações financeiras da cooperativa

Rubricas	valor	Peso (%)
Reserva Legal	6.9	15.0
Dividendos	29.4	62.93
Aumento de Capital	6.7	14.38
Prémio desempenho	1.5	3.4

foram elaboradas com base no princípio do custo histórico sem quaisquer ajustamentos subsequentes para reflectir o impacto das mudanças de preços específicos ou a evolução do nível geral de preços.

7.3. Reconhecimento dos proveitos e custos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

7.4. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data de operação. Os ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos em proveitos ou custos no exercício em que ocorrem.

Os activos e passivos em moeda estrangeira são convertidos no final do ano às taxas de câmbio publicadas pelo Banco de Moçambique, ao abrigo do aviso 17/GGBM/97 de 30 de Setembro.

7.5. Provisões para riscos gerais de crédito

Destinam-se a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito concedido. Esta provisão genérica é também constituída conforme as instruções do Aviso nº 5/GGBM/94 do Banco de Moçambique, que estabelece uma percentagem mínima de 2% sobre o total da carteira, excluindo ainda provisões para eventuais créditos vencidos.

7.6. Provisão para Imposto de Rendimento de pessoas colectivas

Não foram criadas provisões para IRPC uma vez que os proveitos de aplicações no MMI (Títulos de Autoridade monetária e Bilhetes do Tesouro) estão isentos de pagamento de IRPC de acordo com a legislação em vigor.

7.7. Amortizações

As amortizações dos activos imobilizados são calculadas segundo o critério de quotas constantes, à taxas máximas anuais permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos que não diferem substancialmente da vida útil estimada:

Mobiliário e material – 10 anos
Máquinas de escritório – 7 anos
Outro imobilizado – 4 a 12 anos
Encargos plurianuais – 3 anos

7.8. Pensão de reforma

Os trabalhadores da CPC, SCRL, encontram-se inscritos no Instituto Nacional de Segurança Social. A cooperativa e os trabalhadores participam para o INSS em 4% e 3% respectivamente, de acordo com as disposições legais sobre a matéria.

8. Órgãos sociais

Mesa da Assembleia-geral

Maria Violante Manuel – Presidente
João Augusto Pais – Vogal
Nelson Nhumaio - Vogal

O Conselho de Administração

Teodósio Armando Wazela – Presidente
Felisberto Navalha – Administrador
Luísa Navele – Administradora

Conselho Fiscal

Felicidade Ferreira Banze – Presidente
Constantino Armando Cossa – Vogal
Mateus da Cecília Saize – Vogal

Direcção Executiva

Paresh Visnudas